

Relatório Anual do FMI 2018

Síntese



Construir um futuro
compartilhado



página

4

Caro leitor,

A expansão econômica mundial que vimos ao longo do último ano se mostrou dinâmica, mantendo acesa a esperança de mais empregos e melhores condições de vida na maioria dos nossos países membros. Mas existem ameaças, como o risco da escalada de disputas comerciais, os níveis recordes de dívida pública e privada, a volatilidade do mercado financeiro e a fragilidade geopolítica.

Diante desses desafios, minha mensagem para os países membros tem sido e continua a ser esta: o momento de consertar o telhado é quando o sol está brilhando.

Lidar com as mudanças climáticas

página

6

A janela de oportunidade está aberta. Para manter o ímpeto da economia, os países precisam controlar os riscos financeiros e fiscais, aumentando a resiliência do setor financeiro e reconstruindo o espaço para a aplicação de políticas; precisam também avançar nas reformas estruturais que fortalecerão a economia contra futuras tempestades. Devem promover um sistema de comércio multilateral aberto e baseado em regras e procurar garantir que as novas tecnologias beneficiem a todos — estimulando, e não dificultando, o crescimento inclusivo e a estabilidade financeira.

Numa perspectiva futura, a dinâmica da economia mundial é pressionada pela lenta erosão da confiança nas instituições — e a confiança é, naturalmente, a força vital de qualquer economia. Essa confiança vacilante tem muitas dimensões: os efeitos prolongados da crise financeira mundial, a percepção de que os frutos do crescimento econômico e da globalização não estão sendo

compartilhados de maneira justa, a ansiedade sobre o futuro do emprego e das oportunidades econômicas e a debilidade de quadros de governança que não raro facilitam a corrupção. O envelhecimento da população e o financiamento insuficiente dos regimes previdenciários também reduzem o dinamismo, e as disparidades de renda estão se ampliando. E se nada for feito para enfrentar as mudanças climáticas, o bem-estar econômico poderia estar seriamente ameaçado nas próximas décadas. Os países também precisam estar atentos a esses desafios que avançam mais lentamente.

Abordar os desequilíbrios globais



Enfrentar a desigualdade

página

8



página 10

Combater a corrupção e fortalecer a governança

Como mostra este Relatório Anual, nossa Diretoria Executiva e nosso corpo técnico têm se empenhado

em servir aos nossos países membros e ajudá-los a enfrentar esses desafios — por meio da assessoria em políticas, dos programas de empréstimo e do desenvolvimento de capacidades. Para citar alguns exemplos, procuramos fortalecer os instrumentos de prevenção de crises; refinamos a metodologia para avaliar desequilíbrios globais e as taxas de câmbio; identificamos prioridades em termos de reformas estruturais para impulsionar o crescimento econômico sustentável e inclusivo, levando em conta as questões de igualdade de gênero e participação da mulher na força de trabalho; aprimoramos nossa análise de temas macrofinanceiros e macroestruturais; desenvolvemos um novo quadro para combater a corrupção e as deficiências na governança; aprofundamos nossa análise da economia digital e da tecnologia financeira; e intensificamos nosso envolvimento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ao enfrentarmos esses tempos de incerteza econômica, estou convencida de que os valores fundamentais do FMI — centrados na ideia de que a cooperação econômica é o caminho mais seguro para um amanhã melhor — são mais importantes do que nunca. Que possamos renovar nosso compromisso com esses valores.



Tecnologia nas finanças

página 12



Christine Lagarde
Diretora-Geral

Sobre o FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é um organismo internacional com 189 países membros, criado para promover a saúde da economia mundial. Busca estimular a cooperação monetária global, proteger a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, promover altos níveis de emprego e crescimento econômico sustentável e reduzir a pobreza em todo o mundo. Além de supervisionar o sistema monetário internacional para garantir seu bom funcionamento, o FMI tem entre seus principais objetivos promover a estabilidade do câmbio e facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional. A missão do FMI possibilita aos países (e seus cidadãos) adquirir bens e serviços uns dos outros, e é essencial para se alcançar o crescimento econômico sustentável e elevar os padrões de vida. Todos os países membros do FMI são representados na Diretoria Executiva, que discute as consequências nacionais, regionais e mundiais das políticas econômicas de cada país membro e aprova empréstimos do FMI para ajudar os países membros a resolver problemas temporários do balanço de pagamentos e para apoiar iniciativas de capacitação. Este Relatório Anual abrange as atividades da Diretoria Executiva e do corpo técnico do FMI durante o exercício financeiro de 1º de maio de 2017 a 30 de abril de 2018. O conteúdo aqui apresentado reflete as opiniões e discussões de política da Diretoria Executiva do FMI, que participou ativamente da elaboração deste documento.

Nossas principais funções

O FMI se concentra em três funções básicas:

1 PRESTAR ASSESSORIA AOS PAÍSES MEMBROS

sobre a adoção de políticas para alcançar a estabilidade macroeconômica, acelerar o crescimento econômico e aliviar a pobreza.

2 DISPONIBILIZAR FINANCIAMENTO

aos países membros para ajudá-los a resolver problemas do balanço de pagamentos, como a escassez de moeda estrangeira que ocorre quando os pagamentos externos superam as receitas em divisas.

3 OFERECER ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORMAÇÃO,

quando solicitado, para ajudar os países membros a construir e fortalecer suas competências técnicas e instituições para implementar políticas econômicas sólidas. A sede do FMI fica em Washington, DC, e seus escritórios regionais visam promover a atuação do FMI em todo o mundo e manter laços estreitos com seus países membros. Para mais informações sobre o FMI e seus países membros, visite www.imf.org.

Em foco

Uma janela de oportunidade

O ano que passou foi marcado pela crescente ansiedade sobre a economia, ligada ao ceticismo quanto à integração econômica e à formulação de políticas econômicas a partir de uma abordagem internacional. Para ajudar a globalização a trazer benefícios para todos, a assessoria do FMI em políticas se concentrou nas seguintes áreas macrocríticas:

Melhorar o funcionamento do sistema

ao abordar os desequilíbrios globais e fortalecer a rede de proteção financeira mundial

Tornar o crescimento sustentável

ao lidar com as mudanças climáticas

Tornar o crescimento inclusivo

ao enfrentar a desigualdade em suas várias formas

Reforçar os alicerces

aprimorando a governança e combatendo a corrupção

Explorar a tecnologia para o bem

nas finanças, na política fiscal

Essa abordagem se encaixa no roteiro de políticas definido pela ONU nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que deixam clara a ligação entre crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade do meio ambiente. O FMI endossou os ODS nas áreas pertinentes às suas atividades.

Em foco:

Melhorar o funcionamento do sistema

A estabilidade macroeconômica mundial exige um compromisso de todos os países.

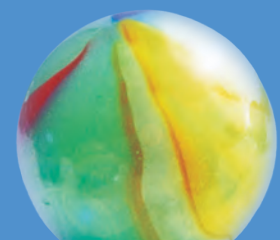
Na edição de 2017 do seu relatório sobre o setor externo, o FMI demonstrou que os desequilíbrios excessivos da balança corrente — déficits ou superávits nas transações de uma nação com o resto do mundo — representaram cerca de um terço do total de desequilíbrios mundiais em 2016. Esse nível praticamente inalterado desde 2016 vem se concentrando cada vez mais nas economias avançadas: déficits nos Estados Unidos e no Reino Unido e superávits em países como Alemanha, Coreia, Japão, Países Baixos, Singapura e Suécia. Esses desequilíbrios tornam a economia mundial mais vulnerável à reversão súbita dos fluxos de capital e poderiam estimular o protecionismo, com efeitos nocivos sobre o comércio e o crescimento. Os países com déficit excessivo devem reduzir os déficits fiscais, sem cortar os programas para os pobres, e realinhar gradativamente a política monetária com as metas de inflação. Os países com superávit excessivo devem ampliar o estímulo fiscal. Ambos os grupos devem priorizar as reformas estruturais — aumentando o investimento e promovendo a concorrência, nos países superavitários; e incentivando a poupança e aumentando a competitividade, nos países deficitários. A estabilidade macroeconômica global é um bem público internacional que exige o compromisso de todos os países.

O FMI apoiou também a expansão da rede de proteção financeira mundial, que preserva a estabilidade macroeconômica, ao oferecer um seguro para ajudar a prevenir crises, conceder financiamento quando surge uma crise e incentivar os países a adotar políticas que tornem as crises mais administráveis e menos frequentes. Os recursos para a rede de proteção financeira mundial triplicaram entre

2007 e 2016, o que reflete uma economia mundial cada vez mais complexa, volátil e interconectada.

Ao longo do último ano, o FMI elevou sua contribuição para essa rede de proteção financeira e atualizou as regras das suas linhas de crédito para a prevenção de crises — a Linha de Crédito Flexível (FCL) e a Linha de Precaução e Liquidez (PLL) — para tornar o processo de qualificação mais previsível e transparente. O Fundo também propôs um quadro para melhorar a colaboração com os mecanismos de financiamento regionais a fim de ampliar a rede de proteção financeira mundial e tirar proveito das vantagens comparativas distintas dos acordos de financiamento regionais (conhecimento e conexões regionais) e do FMI (experiência em ajustes macroeconômicos e mutualização dos riscos) para prevenir e mitigar crises.

Quanto ao desenvolvimento de capacidades, o FMI trabalha com mais de 40 parceiros bilaterais e multilaterais em iniciativas macroeconômicas básicas em todo o mundo. Vários fundos temáticos estão alinhados com as principais necessidades e iniciativas em termos de desenvolvimento mundial, como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de Financiamento do Desenvolvimento. Suas atividades são complementadas pelo extenso trabalho do FMI por intermédio dos seus centros regionais de capacitação, financiados por parceiros de desenvolvimento, países membros e o próprio FMI.





PARA APRENDER

A rede de proteção financeira mundial tem quatro níveis básicos:

1. **As reservas próprias** dos países aumentaram de cerca de US\$ 2 trilhões em 2000 para cerca de US\$ 11 trilhões em 2017. Os recursos das quotas no FMI dobraram, passando para cerca de US\$ 670 bilhões.
2. **Os acordos bilaterais de swap entre países** consistem em trocas permanentes ilimitadas entre os bancos centrais de alguns dos principais países emissores de moeda de reserva e uma rede de swaps entre a China e outros países para apoiar o comércio e o investimento.
3. **Os acordos regionais de financiamento** incluem o Mecanismo Europeu de Estabilidade, com capacidade de empréstimo de 500 bilhões de euros; a Multilateralização da Iniciativa de Chiang Mai, com US\$ 240 bilhões, e o Acordo Contingente de Reserva entre África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia, no valor de US\$ 100 bilhões.
4. **O FMI**, além dos empréstimos para ajudar os países a superar crises do balanço de pagamentos, pode oferecer linhas de crédito em caráter preventivo a países com fortes fundamentos econômicos: a FCL, para países com fundamentos e políticas bastante robustas, e a PLL, para países com fundamentos sólidos e vulnerabilidades limitadas.



NOS BASTIDORES

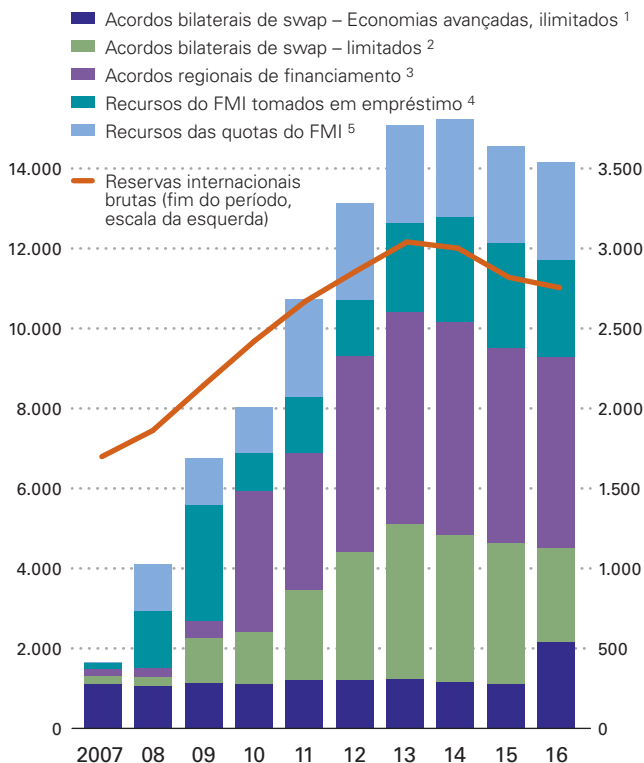
Adequação da rede mundial de proteção financeira: Revisão da Linha de Crédito Flexível e da Linha de Precaução e Liquidez e propostas de reforma das ferramentas — propostas revistas

Na sua revisão da Linha de Crédito Flexível (FCL) e da Linha de Precaução e Liquidez (PLL), o FMI constatou que esses instrumentos haviam efetivamente apoiado os países membros em caráter preventivo contra riscos externos, e que os acordos subsequentes no âmbito da FCL e respectivos níveis de acesso haviam sido devidamente adaptados às circunstâncias dos países. A revisão aprimorou os critérios de qualificação da FCL e da PLL de modo a torná-las mais transparentes e previsíveis para os usuários atuais e futuros.

FIGURA 1.1

A rede de proteção financeira mundial triplicou desde 2008

Montante e tipos de recursos disponíveis para os países, em bilhões de US\$.



Fontes: Banco da Inglaterra; websites de bancos centrais; relatórios anuais sobre acordos de financiamento regional e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Estimativa com base no uso anterior conhecido ou, se não utilizado, na média dos saques máximos por bancos centrais membros remanescentes na rede. Os acordos de compra e venda são contabilizados apenas uma vez.

² Abrange todos os acordos com um limite de valor explícito e exclui os acordos de multilateralização da Iniciativa de Chiang Mai, que são incluídos nos acordos de refinanciamento regionais. Os acordos de compra e venda são contabilizados apenas uma vez.

³ Com base na capacidade explícita/limite de concessão de empréstimos, quando disponível, nos recursos comprometidos ou na capacidade estimada de concessão de empréstimos com base nos limites de acesso dos países e no capital integralizado.

⁴ Após levar em conta os saldos prudenciais.

⁵ Para os países incluídos no Plano de Transações Financeiras, após a dedução do saldo prudencial.



ODS pertinente

PARCERIAS EM PROL DAS METAS

Em foco:

Tornar o crescimento sustentável

Os custos econômicos da elevação das temperaturas podem ser substanciais.

Se nada for feito, a mudança climática provavelmente será um dos maiores choques econômicos do século XXI devido a efeitos adversos como a elevação das temperaturas, desastres naturais maiores e mais frequentes, a elevação do nível do mar e a perda de biodiversidade em ecossistemas esgotados.

Em um estudo publicado no *World Economic Outlook* de outubro de 2017, o FMI mostra que os custos econômicos da elevação das temperaturas podem ser substanciais, sobretudo para os países em desenvolvimento de baixa renda, que emitem um volume muito pequeno de gases do efeito estufa. Para um país em desenvolvimento de baixa renda mediano, com temperatura de 25 graus Celsius, um aumento de 1 grau Celsius reduziria seu PIB per capita em cerca de 1,5%, e essa perda persistiria por pelo menos sete anos.

Se as emissões não forem controladas, um país como esse poderia perder até um décimo da sua renda per capita até o fim do século. A elevação das temperaturas afeta os resultados econômicos de várias maneiras — como a queda da produção agrícola e da produtividade dos trabalhadores expostos ao calor, mais problemas de saúde e menos investimentos. Cerca de 60% das pessoas no mundo vivem em países onde esses efeitos podem ocorrer.

Para reduzir as emissões e, assim, mitigar os efeitos das mudanças climáticas, quase 200 países celebraram o Acordo de Paris. O FMI está elaborando ferramentas na forma de planilhas para cada país membro para que possam quantificar os níveis de precificação de carbono necessários e as vantagens e desvantagens de outros instrumentos, como o comércio de emissões, os incentivos à eficiência energética, a tributação da eletricidade e os combustíveis individuais.

As conclusões do estudo ressaltam as vantagens climáticas, fiscais e econômicas substanciais da taxação do carbono e a ampla dispersão dos preços necessários entre os países, o que salienta a importância da coordenação internacional. Neste ano, a Diretoria Executiva do FMI concordou em ampliar a ajuda aos países em desenvolvimento que enfrentam necessidades urgentes do balanço de pagamentos, aumentando os limites de acesso à Linha de Crédito Rápido (RCF) e ao Instrumento de Financiamento Rápido (RFI). Nos pequenos países em desenvolvimento, o custo anual dos desastres chega a

quase 2% do PIB — mais de quatro vezes superior ao enfrentado pelos países maiores. O desenvolvimento das capacidades ajuda os países membros a construir quadros sólidos de gestão das finanças públicas, realizar reformas tributárias ambientais e precificar corretamente a energia para refletir o impacto ambiental negativo das mudanças climáticas.

O FMI também adotou, em colaboração com o Banco Mundial, as Avaliações das Políticas para as Mudanças Climáticas, para uma análise abrangente sobre como mitigar as mudanças climáticas, aumentar a resiliência e formular estratégias de financiamento para os pequenos Estados, dentro de um quadro macrofiscal sustentável.

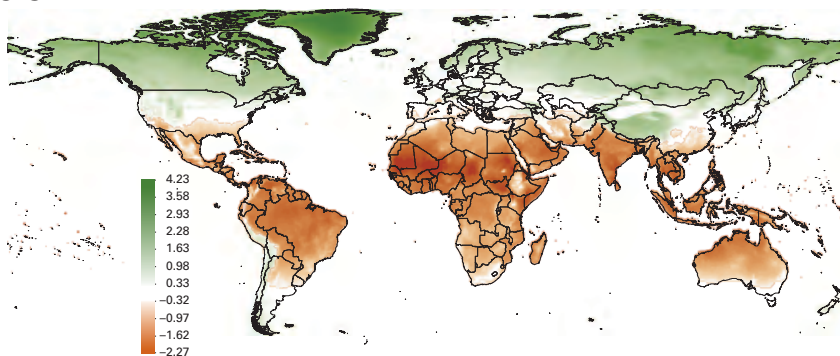


FIGURA 1.2

Efeito do aumento da temperatura sobre o produto real per capita em todo o mundo

Efeito de um aumento de 1°C na temperatura sobre o produto real per capita (%)

A elevação da temperatura tem efeitos muito desiguais em todo o mundo, com consequências adversas concentradas nas regiões onde vive a maioria da população.



Fontes: Natural Earth; ScapeToad; United Nations World Population Prospects Database: the 2015 Revision; Banco Mundial; e cálculos do corpo técnico do FMI.

PARA APRENDER

A Linha de Crédito Rápido do FMI

A Linha de Crédito Rápido (RCF) do FMI foi concebida para oferecer empréstimos imediatos, sem juros e com condições limitadas, a países em desenvolvimento de baixa renda que enfrentem uma necessidade urgente do balanço de pagamentos. Ela enfatiza os objetivos de redução da pobreza e crescimento dos países. Essa linha de crédito foi criada no âmbito do Fundo para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGT), como parte de uma reforma mais ampla para tornar o apoio do FMI mais flexível e mais bem adaptado às diversas necessidades dos países em desenvolvimento de baixa renda, inclusive em tempos de crise.

A RCF está disponível na forma de um empréstimo num único desembolso para os países membros habilitados a receber assistência do PRGT. Um país pode solicitar uma nova assistência no âmbito da RCF dentro de um período qualquer de três anos caso suas necessidades do balanço de pagamentos sejam causadas principalmente por um choque exógeno ou caso o país tenha estabelecido um histórico de políticas macroeconômicas adequadas. Em junho de 2017, o FMI aprovou um desembolso no âmbito da RCF para a Gâmbia.

NOS BASTIDORES

Como os países de baixa renda conseguirão lidar com os efeitos dos choques climáticos sobre a atividade econômica?

Ao tratar das mudanças climáticas, o *World Economic Outlook* de outubro de 2017 afirma que as elevações de temperatura têm efeitos macroeconômicos desiguais, com consequências adversas concentradas em países com climas relativamente quentes, como a maioria dos países em desenvolvimento de baixa renda. Políticas internas sólidas e o desenvolvimento de modo geral, bem como o investimento em estratégias específicas de adaptação, poderiam ajudar a reduzir as consequências adversas dos choques climáticos. Contudo, dadas as limitações dos países de baixa renda, a comunidade internacional deve apoiá-los enquanto procuram enfrentar as mudanças climáticas — uma ameaça mundial para a qual pouco contribuíram.

ODS pertinente



Em foco:

Tornar o crescimento inclusivo

Reduzir a desigualdade pode abrir as portas para o crescimento e a estabilidade.

A desigualdade mundial — as diferenças de renda entre os países — vem caindo, mas o quadro dentro dos países é menos claro e varia dependendo do grupo de renda e de fatores nacionais específicos. Estudos do FMI mostram que a desigualdade persistentemente alta está associada a um crescimento econômico mais baixo e menos duradouro e a uma maior instabilidade financeira, o que torna a redução da desigualdade diretamente pertinente ao trabalho do FMI.

Qual é o impacto da distribuição de renda sobre o crescimento e a estabilidade?

A desigualdade provoca o desperdício de recursos. Em economias altamente desiguais, os pobres podem não ter acesso à educação, aos mercados financeiros ou a outros meios para aumentar sua renda. Isso dificulta o desenvolvimento de suas capacidades produtivas.

A desigualdade decorrente de perspectivas de emprego ruins está associada a custos mais elevados. O desemprego prolongado deteriora as qualificações, limita a possibilidade de emprego e destrói a confiança no governo. Esse efeito é mais grave entre os jovens, que em alguns países enfrentam elevadas taxas de desemprego, e entre as mulheres nos países onde a discriminação, os costumes sociais ou a desigualdade de oportunidades as mantêm fora da força de trabalho.

A desigualdade pode estimular a polarização e a desconfiança. Quando os cidadãos sentem que são tratados injustamente, a falta de coesão social pode intensificar as lutas políticas pelos recursos públicos e a busca de renda, tornando mais difícil para o governo empreender as reformas de reforço do bem-estar necessárias para o crescimento inclusivo de longo prazo. Em casos extremos, a polarização pode levar à instabilidade e a conflitos.

A desigualdade pode gerar instabilidade macroeconômica. A desigualdade prejudica a capacidade de lidar com o risco — sociedades altamente desiguais tendem a ter formas limitadas de proteção contra rupturas econômicas. A forte desigualdade também pode ampliar a fragilidade financeira, sobretudo ao aumentar simultaneamente a poupança dos ricos e a procura de crédito pelos pobres e pela classe média.

Entre as políticas para abordar a desigualdade e, ao mesmo tempo, promover o crescimento e a inclusão

econômica destacam-se a expansão do acesso dos pobres a ensino de qualidade e assistência médica, o investimento em infraestrutura, o aprofundamento da inclusão financeira para alcançar os mais vulneráveis e o incentivo ao aumento da participação da mulher na força de trabalho.

A arrecadação e os gastos direcionados são especialmente importantes nesse contexto. A edição de outubro de 2017 do relatório *Fiscal Monitor: Tackling Inequality* discute algumas opções para enfrentar a desigualdade e, em simultâneo, alcançar o bom equilíbrio entre eficiência e equidade. Impostos sobre a renda progressivos e bem projetados, assim como certos impostos sobre a riqueza, podem ajudar a reduzir a desigualdade sem sacrificar o crescimento. O trabalho empírico atual mostra que uma “renda básica universal” poderia reduzir a pobreza e a desigualdade, porém dependeria da capacidade administrativa de cada país e da possibilidade de melhorar o direcionamento dos gastos sociais.

ACESSO AOS
BANCOS



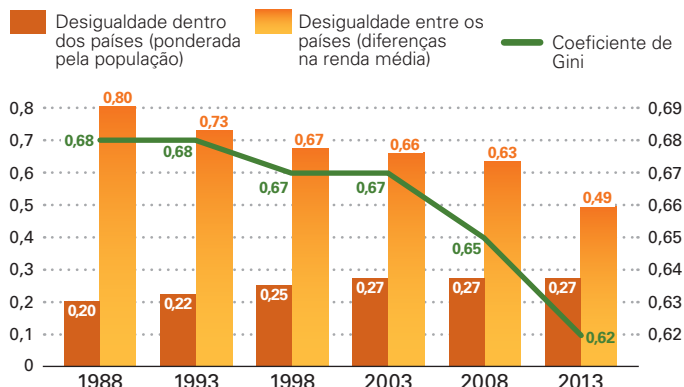
Promover o crescimento inclusivo

Há cada vez mais evidências de que o crescimento econômico nem sempre beneficia os cidadãos da mesma forma e que a falta de inclusão pode ser prejudicial do ponto de vista macroeconômico. Um estudo do FMI mostra que as políticas internas são essenciais para traduzir o crescimento vigoroso em prosperidade para todos. Os países devem adotar quadros de políticas que mantenham o crescimento sustentável com estabilidade macroeconômica. Para promover o crescimento inclusivo, são necessárias medidas para aumentar a produtividade e, ao mesmo tempo, garantir que a aceleração do crescimento não ocorra às custas da igualdade. Lançado em 2013, o curso do FMI “Crescimento inclusivo” discute ferramentas analíticas e operacionais para promover o crescimento inclusivo e se tornou um dos cursos do FMI mais requisitados em todo o mundo.



FIGURA 1.3

A desigualdade global está diminuindo...



Fontes: Lakner e Milanović, 2016; Milanović, 2016; e Banco Mundial, 2016.

Nota: A altura das barras indica o nível de desigualdade mundial medido pelo desvio logarítmico médio (escala da esquerda). O coeficiente de Gini representa a distribuição de renda dos residentes de um país, em que 1 (ou 100%) indica a desigualdade máxima (escala da direita).

PARA APRENDER

...mas ainda é alta dentro dos países.

Embora as diferenças de renda entre os países tenham diminuído, a desigualdade dentro dos países cresceu entre meados dos anos 1980 e meados dos anos 2000, especialmente nas economias avançadas. Diversos fatores explicam essas tendências:

Os avanços tecnológicos beneficiaram sobretudo os detentores de capital e os trabalhadores altamente qualificados.

O comércio internacional continua a ser um motor vital do crescimento e da redução da pobreza, mas somado à terceirização e às tecnologias que reduzem a necessidade de mão de obra, tem provocado demissões e deslocamentos nas economias avançadas.

A integração financeira, sem a devida regulamentação, pode elevar a vulnerabilidade a crises financeiras e aumentar o poder de negociação do capital.

As políticas internas, em alguns países, reduziram o poder de negociação dos trabalhadores, aumentaram a concentração empresarial, tornaram os impostos menos progressivos e enfraqueceram a proteção social.

ODS pertinentes

IGUALDADE DE GÊNERO

EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Em foco:

Reduzir a corrupção

Eliminar as muitas camadas de corrupção.

A boa governança, que inclui a ausência de corrupção sistêmica, é vital para a estabilidade macroeconômica e para o crescimento econômico sustentável e inclusivo. Estudos do FMI mostram que a corrupção sistêmica — definida como o abuso de cargo público para ganho pessoal — está associada à redução do crescimento e do investimento e ao aumento da desigualdade.

A corrupção enfraquece a capacidade do Estado de tributar — em parte porque solapa o sistema tributário ao transmitir a aparência de injustiça e favoritismo —, o que pode sangrar os cofres públicos. Além disso, distorce os gastos do governo ao promover projetos grandiosos e perdulários que geram propinas, em detrimento de investimentos em áreas como saúde e educação, que geram um impacto socioeconômico positivo. E como os pobres dependem mais dos serviços do governo, essas distorções os afetam desproporcionalmente e limitam suas oportunidades econômicas.

O crescimento sustentável e inclusivo também é prejudicado se o governo for incapaz de assegurar um ambiente de negócios baseado na imparcialidade e no Estado de direito. O pagamento de propinas torna os investimentos mais caros — quando a corrupção é sistêmica, a prática do suborno funciona como um imposto sobre o investimento. E se a corrupção se estender à regulamentação e supervisão do setor financeiro, pode ameaçar também a estabilidade financeira.

A corrupção pode levar à perda de confiança no governo e criar divisões nos países, o que, por sua vez, tem um efeito indireto sobre a estabilidade e o crescimento inclusivo. Por exemplo, quando os jovens questionam as vantagens de investir nos estudos e em qualificação, isso reduz as perspectivas de aumento da produtividade e alimenta o ressentimento.

O FMI atualizou recentemente sua política sobre governança e corrupção. A nova política fornece orientação sobre como avaliar a natureza e a extensão da corrupção, bem como seu impacto macroeconômico. Para que o trabalho do FMI sobre governança e corrupção seja mais sistemático, franco e imparcial, a política se concentra tanto no “lado da oferta” da corrupção (a propina oferecida) como no “lado da demanda” (a propina recebida). O combate eficaz à corrupção requer medidas para conter as práticas corruptas, sejam elas diretas — o suborno de autoridades estrangeiras — ou indiretas — a lavagem de dinheiro sujo.



**A CORRUPÇÃO
PROMOVE O
DESPÉRDÍCIO
DE GASTOS**

A assessoria do FMI no reforço das políticas e capacidades ajuda a combater a corrupção

A política do FMI sobre governança e corrupção destaca que, nos seus relatórios sobre a avaliação das economias nacionais, o FMI tem feito recomendações detalhadas sobre políticas de combate à corrupção. Essas recomendações muitas vezes são formuladas como base para empréstimos em curso ou futuros do FMI e refletem as constatações das missões de capacitação do FMI, em colaboração com o Banco Mundial e outros parceiros. Foram feitas recomendações detalhadas sobre estratégias para reduzir a corrupção como parte de várias avaliações nos termos do Artigo IV.

Como a corrupção afeta a economia

Estudos do FMI mostram que a redução da corrupção está associada a um aumento do crescimento econômico: cair do percentil 50 para o percentil 25 em um índice de corrupção ou governança está associado a uma redução na taxa anual de crescimento do PIB per capita de meio ponto percentual ou mais, além de um declínio na relação investimento/PIB de 1,5 a 2 pontos percentuais.

A CORRUPÇÃO
ALIMENTA
O RESENTIMENTO

A CORRUPÇÃO
CORRÓI
A CONFIANÇA NAS
INSTITUIÇÕES

A CORRUPÇÃO
AFETA MAIS OS
POBRES

ODS pertinente

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
FORTES



Destaque:

Explorar a tecnologia para o bem

Assegurar que os ganhos da tecnologia sejam amplamente compartilhados.

Desde o início da Revolução Industrial, o efeito das mudanças tecnológicas sobre as perspectivas de emprego e a desigualdade tem sido motivo de preocupação. Isso vale sobretudo para os rápidos avanços na tecnologia da informação nos últimos tempos. O FMI tem explorado o tema em várias áreas, como o futuro do trabalho e as implicações para a estabilidade financeira e a política fiscal, buscando garantir que os avanços tecnológicos apoiem a solidez macroeconômica e o crescimento inclusivo.

À medida que as máquinas executam um número cada vez maior de tarefas e se tornam mais baratas em relação à mão de obra, os avanços tecnológicos podem causar enormes perturbações, resultando em menores perspectivas de emprego estável e maior desigualdade, pois esses avanços tendem a beneficiar as empresas e os trabalhadores mais qualificados, agravando o declínio da classe média e ampliando a distância entre ricos e pobres. Um estudo do FMI analisa os efeitos da tecnologia sobre o trabalho e oferece algumas sugestões, como aumentar os gastos públicos em educação e qualificação e utilizar a política fiscal para assegurar que o crescimento seja amplamente compartilhado.

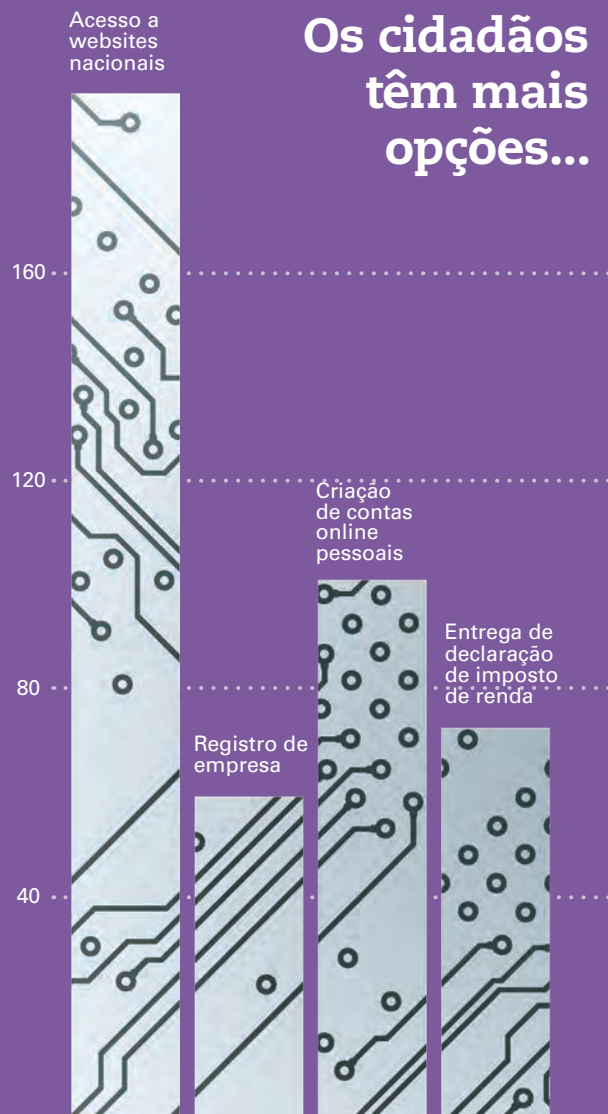
O FMI também explorou o potencial e os riscos das novas tecnologias financeiras. As fintech representam essa conexão de novas tecnologias: inteligência artificial, big data, biometria e tecnologias de registro distribuído (DLT), como a blockchain. Essas tecnologias oferecem muitas vantagens, como serviços financeiros mais rápidos, mais baratos, mais transparentes, mais inclusivos e, talvez, mais fáceis de usar.

Por exemplo, a inteligência artificial combinada com big data pode automatizar a notação de crédito; contratos inteligentes podem permitir que investidores vendam ativos quando ocorrerem condições de mercado predefinidas; telefones celulares combinados com a DLT podem permitir transações financeiras diretas que dispensem os bancos. O FMI constatou que a digitalização pode facilitar o pagamento de impostos e a prestação de serviços públicos. Pode também melhorar a governança e aumentar a transparência fiscal, o que torna mais difícil ocultar transações corruptas.

No entanto, também existem riscos. Ao acelerar a velocidade e o volume das transações, as novas tecnologias podem gerar mais volatilidade nos mercados, aumentar a vulnerabilidade a ataques cibernéticos e os riscos de concentração e resultar em menos controles internos. Podem ainda abrir as portas para atividades perversas — não só ataques cibernéticos e violação da privacidade, mas também fraudes, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. É preciso adaptar a regulação a esse novo mundo financeiro, inclusive para fazer face a vulnerabilidades decorrentes de novas oportunidades de fraudes e ataques cibernéticos.

FIGURA 1.4

Digitalização do governo: número de países com serviços digitais selecionados, 2016



Como regular as fintech sem prejudicar a inovação?

Ampliar a supervisão. À medida que os serviços financeiros deixam as mãos de intermediários bem definidos e passam cada vez mais a ser oferecidos por redes e plataformas de mercado menos rígidas, convém concentrar a regulamentação em serviços financeiros específicos, bem como em entidades como bancos e seguradoras.

Estimular a coordenação internacional. Como as redes e plataformas tecnológicas não respeitam fronteiras, deve-se assegurar a coordenação internacional para evitar uma espiral de permissividade regulatória.

Modernizar os princípios jurídicos. Esclarecer os direitos e obrigações no novo cenário financeiro, inclusive a situação jurídica e a propriedade dos ativos e tokens digitais.

Reforçar a governança. Elaborar regras e normas para assegurar a integridade de dados, algoritmos e plataformas, bem como para reforçar a proteção dos consumidores em várias dimensões, inclusive com contratos transparentes e equilibrados e direitos de privacidade.

NOS BASTIDORES

A digitalização — a integração ao cotidiano de tecnologias digitais que facilitem a disponibilidade e o processamento de informações mais confiáveis, oportunas e precisas — apresenta oportunidades e desafios importantes para a política fiscal.

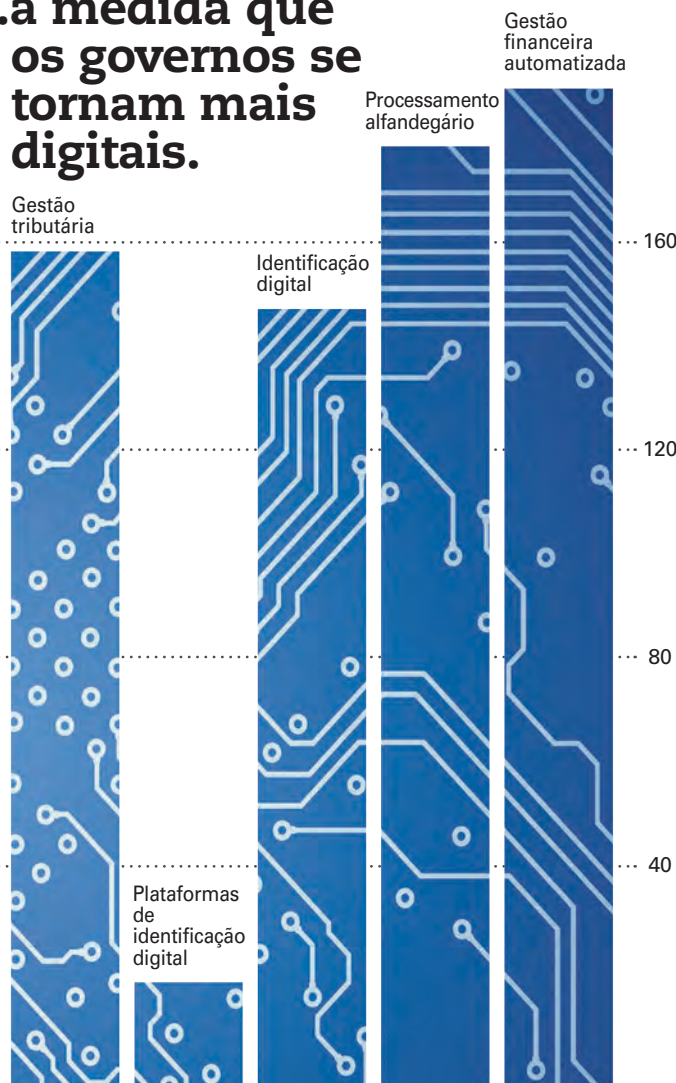
A edição de abril de 2018 do *Fiscal Monitor* analisa como a digitalização pode mudar a formulação e a implementação da política fiscal agora e no futuro, com exemplos ilustrativos de administração e política tributária, prestação de serviços públicos e eficiência nos gastos. A análise sugere que a adoção de ferramentas digitais poderia aumentar a arrecadação de impostos indiretos na fronteira em até 2% do PIB por ano. Do lado dos gastos, as experiências da África do Sul e da Índia mostram como a digitalização pode ajudar a melhorar a proteção social e a prestação de benefícios. Atenuar os riscos da digitalização requer uma agenda de reformas abrangente, recursos suficientes e uma abordagem coordenada rumo a uma versão de longo prazo da arquitetura tributária internacional.

ODS pertinente



Fontes: United Nations e-Government Survey 2016; e Banco Mundial, 2016.
Nota: A ONU monitora a adoção de serviços digitais em 193 países membros.

...à medida que os governos se tornam mais digitais.



Plataformas de identificação digital

Destaques regionais



Viagem à Indonésia

Trabalhar juntos para um objetivo comum

As Reuniões Anuais do FMI e do Banco Mundial de outubro de 2018 serão realizadas em Bali. Esta será uma oportunidade única para que a Indonésia e a Ásia divulguem suas conquistas e compartilhem lições com outros países. A Indonésia e os seus parceiros da ASEAN conseguiram criar uma classe média vibrante, abrindo as portas para a melhoria dos padrões de vida de milhões de pessoas. O crescimento vigoroso que geraram nas duas últimas décadas foi também um dos principais motores da economia global.



A Diretora-Geral do FMI Christine Lagarde no tempol de Borobudur (página oposta); no encontro com o Presidente Jokowi (esta página, no alto à esquerda); e na visita à cabine da Indonésia durante as Reuniões de Primavera de 2018 (esta página, embaixo à direita).



Destaques regionais

Explorar as conexões e a cooperação na região

20º ANIVERSÁRIO DO ESCRITÓRIO REGIONAL DA ÁSIA E DO PACÍFICO

Mais de 400 pessoas, entre elas os governadores dos bancos centrais da Mongólia e do Nepal, participaram dos eventos em comemoração ao 20º aniversário do Escritório Regional da Ásia e do Pacífico (OAP), patrocinados pelo FMI e pelo Ministério das Finanças em novembro, em Tóquio.

A recepção contou com a presença de personagens marcantes da história do OAP, entre eles o Sr. Kunio Saito, seu primeiro diretor, e ex-funcionários do FMI vindos do exterior que trabalharam com afinco para abrir o escritório em Tóquio, em 1997. O Vice-Primeiro Ministro Taro Aso e o Governador do Banco do Japão Haruhiko Kuroda fizeram discursos para marcar a ocasião.

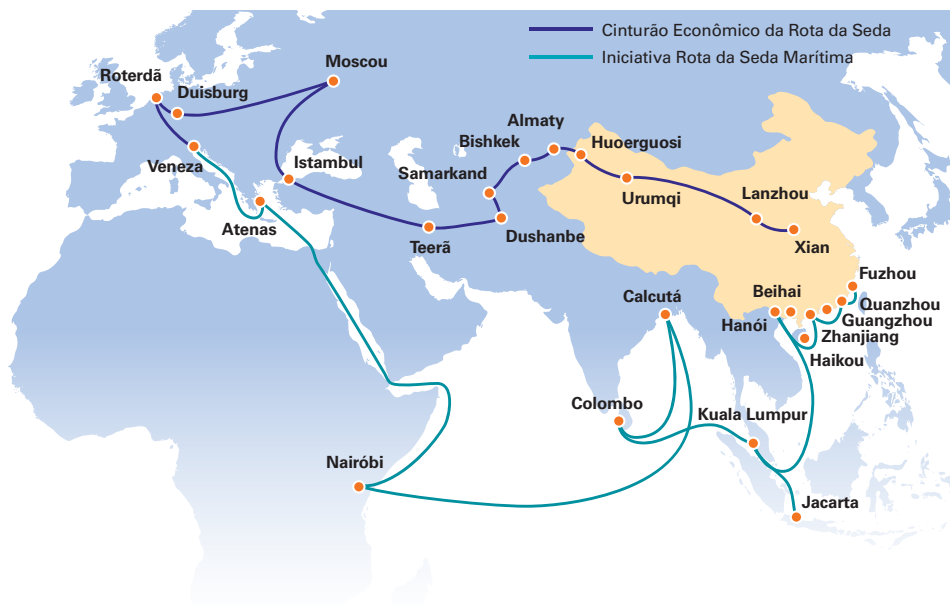
Como oradora principal, a Diretora-Geral do FMI Christine Lagarde falou sobre os *Gakuensai*, os populares festivais universitários organizados pelos

estudantes japoneses. Afirmou que esses festivais são “uma janela para o futuro” e estão “firmemente ancorados no compartilhamento de experiências”, atributos que descrevem bem a parceria entre o Japão e o FMI.

Mais de 60 acadêmicos do Programa de Bolsas de Estudo Japão-FMI para a Ásia (JISPA) participaram de uma discussão aberta com a Diretora-Geral e perguntaram como o FMI via os riscos para o crescimento econômico na Ásia. O JISPA é financiado pelo Ministério das Finanças e administrado pelo OAP.

O OAP ampliará a presença do FMI na região, ao continuar a administrar o JISPA e organizar seminários para capacitação e conferências sobre políticas, além de cuidar das relações do FMI com os fóruns regionais, como o Fórum de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).





A INICIATIVA CINTURÃO E ROTA

A iniciativa chinesa Cinturão e Rota, lançada em 2013, visa promover a conectividade e a cooperação em infraestrutura, comércio e finanças, além da interação entre as pessoas, ao conectar a Ásia à Europa e à África através do Oriente Médio, bem como aos países latino-americanos através do Pacífico. O Fórum do Cinturão e Rota para a Cooperação Internacional, um evento de alto nível realizado em maio de 2017, foi organizado pela China e delineou o roteiro da iniciativa. A iniciativa deve levantar recursos significativos da China e

de várias outras fontes, inclusive do setor privado, para apoiar o desenvolvimento e melhorar as perspectivas de crescimento.

A conferência de alto nível sobre quadros macroeconômicos e financeiros para a implementação bem-sucedida da Iniciativa Cinturão e Rota, organizada em abril de 2018, concentrou-se em como transformar em realidade o potencial da iniciativa e maximizar seus benefícios, garantindo a sustentabilidade da dívida e a seleção adequada de projetos. Em seu

discurso, a Diretora-Geral do FMI Christine Lagarde observou que o maior investimento em infraestruturas pode contribuir para tornar o crescimento mais inclusivo, atrair mais investimentos estrangeiros diretos e criar mais empregos. Ao mesmo tempo, enfatizou a necessidade de uma gestão cuidadosa das condições de financiamento nos países com dívida pública elevada, evitando acordos que possam conduzir a dificuldades financeiras tanto para a China quanto para os governos parceiros. Enfatizou também a importância

da transparência nas decisões.

No evento, Lagarde e o Governador do Banco Popular da China, Yi Gang, inauguraram o Centro para o Desenvolvimento das Capacidades China-FMI (CICDC), que oferecerá cursos de formação, workshops e eventos de aprendizagem entre pares que visam apoiar o crescimento econômico sustentável e inclusivo. O CICDC será sediado em Beijing e apoiará atividades dentro e fora da China, tais como aquelas em países associados à Iniciativa Cinturão e Rota.

Destaques regionais

Investir no desenvolvimento sustentável

POTENCIAL DE RECEITAS INEXPLORADO

O maior desafio na África Subsaariana em matéria de políticas é melhorar o padrão de vida com a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A fonte mais confiável de financiamento para o desenvolvimento é a geração de receita interna. Com o apoio do FMI na forma de desenvolvimento das capacidades e empréstimos, a região obteve avanços substanciais nas duas últimas décadas (Figura 1.5), mas ainda tem potencial significativo para melhorar a arrecadação de receitas internas.

Um estudo recente do FMI estima que a África Subsaariana poderia mobilizar até 5% do PIB em receitas tributárias adicionais — bem mais do que recebe anualmente em ajuda financeira internacional. Para explorar esse potencial, os países devem continuar os esforços para modernizar os sistemas de administração tributária e ampliar a base tributária.

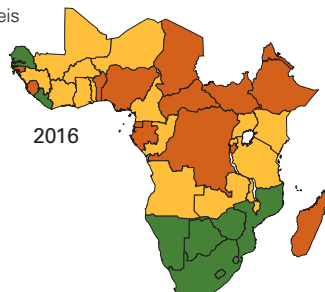
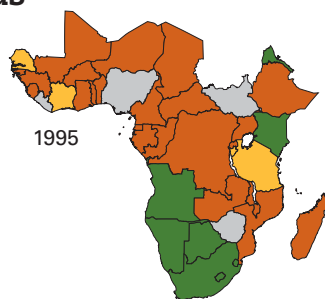
FIGURA 1.5

Relação receitas tributárias/ PIB na África Subsaariana

(porcentagem do PIB)

- Inferior a 13%
- Entre 13% e 18%
- Superior a 18%
- Não há dados disponíveis

Fonte: FMI, Departamento de África.



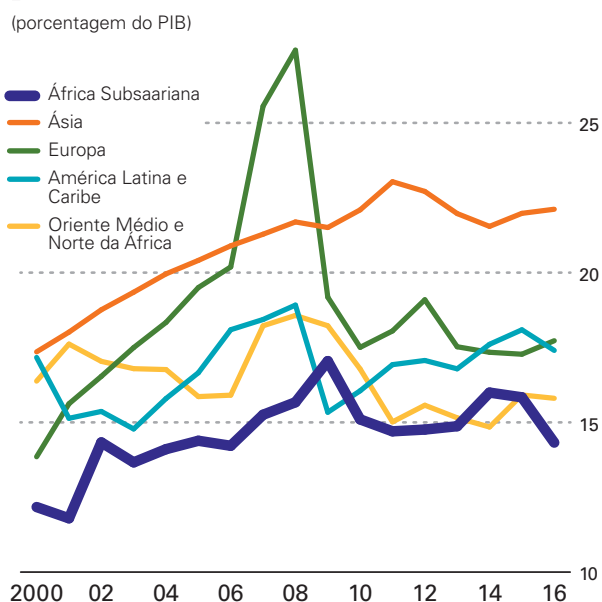
INVESTIMENTO PRIVADO PARA REVITALIZAR O CRESCIMENTO

O investimento privado na África Subsaariana está defasado em relação ao de outras regiões (Figura 1.6). Aumentar o investimento privado nacional e estrangeiro é crucial para o crescimento sustentável e inclusivo. Análises empíricas sugerem que a atividade econômica atual e futura é o principal fator que move as empresas privadas na hora de investir. Além disso, o impacto do crescimento sobre as decisões de investimento privado é reforçado pela melhoria dos quadros regulatórios e de insolvência, pelo aprofundamento dos mercados financeiros e pela liberalização do comércio.

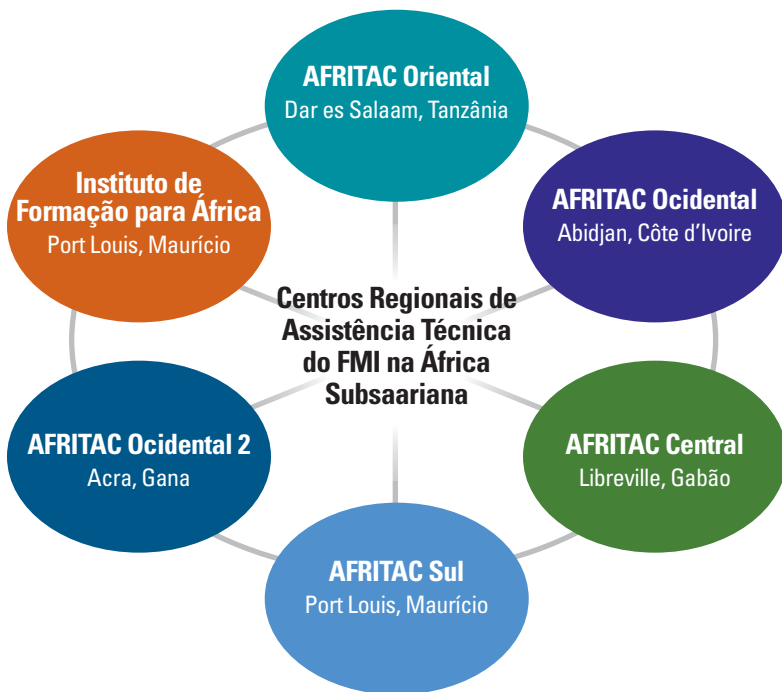
FIGURA 1.6

Relação investimento privado/PIB nos países em desenvolvimento, 2000-16

(porcentagem do PIB)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.



Síntese

APRENDIZAGEM ENTRE PARES NA ÁFRICA SUBSAARIANA

Uma rede de seis centros regionais, abrangendo toda a África Subsaariana, coordena boa parte das iniciativas de desenvolvimento das capacidades do FMI em campo, apoiando a criação de instituições econômicas e a boa governança na região. Esses centros zelam pela estreita coordenação com as autoridades dos países membros e outros parceiros de desenvolvimento e são financiados por parceiros, pelos países membros e pelo FMI. O assessoramento prático, a capacitação regional e os workshops voltados para políticas são complementados por atividades de aprendizagem entre pares, para que os países

possam compartilhar as melhores práticas e impulsionar a integração regional. Entre os destaques desses eventos em 2018, figuram: um workshop organizado em conjunto com o governo do Senegal e o Pacto do G-20 com a África, sobre diversificação econômica e crescimento; uma conferência organizada com o Centro Africano para a Transformação Econômica e o governo de Gana sobre a mobilização de receitas internas para superar a dependência de ajuda financeira, e uma conferência organizada em conjunto pelo governo de Ruanda e pela ONU Mulheres sobre como promover a igualdade de gênero. Outro tema saliente tem sido o aproveitamento das tecnologias digitais para apoiar a tributação.



Destaques regionais

Estabilizar e fortalecer a economia europeia

CAPACIDADE FISCAL CENTRALIZADA PARA A ÁREA DO EURO

A crise na área do euro expôs deficiências no funcionamento da união monetária, e o corpo técnico do FMI tem defendido a maior integração como forma de tornar a região mais resiliente a choques. Um documento do FMI delinea uma proposta de centralização da capacidade fiscal da área do euro que poderia ajudar a atenuar os choques comuns e os choques específicos de cada país. Em especial, sugere um fundo de estabilização macroeconômica financiado por contribuições anuais dos países que possa ser usado para acumular ativos nos períodos de prosperidade e fazer transferências para os países nos períodos de dificuldade, com a possibilidade de captar recursos caso os ativos do fundo sejam exauridos por grandes choques.

Simulações mostram que, mesmo com contribuições relativamente modestas, esse esquema proporcionaria uma estabilização macroeconômica significativa em uma desaceleração. A capacidade fiscal centralizada envolve a divisão de riscos entre os países; assim, para evitar problemas de risco moral, as transferências precisariam estar condicionadas ao cumprimento rigoroso das regras fiscais da União Europeia. O documento também discute várias características que visam evitar transferências permanentes entre os países e fazer com que a capacidade fiscal centralizada opere da forma mais automática possível — para limitar a margem para disputas sobre o seu funcionamento —, dois objetivos importantes para torná-la palatável do ponto de vista político.





TRANSFORMAR A ECONOMIA DA FRANÇA

Uma conferência em torno dos objetivos de transformar a economia francesa e concluir a integração da zona do euro foi organizada em Paris, em fevereiro de 2018, e reuniu importantes autoridades, economistas e representantes do setor privado para discutir formas de reforçar a resiliência e o potencial de crescimento da França e da área do euro. O evento foi patrocinado pelo FMI e pelo Tesouro francês.

Em uma conversa com o Ministro das Finanças francês, Bruno Le Maire, a Diretora-Geral do FMI Christine Lagarde

ressaltou a importância de usar a recuperação atual para promover uma ambiciosa agenda de reformas no país e na Europa para estimular o emprego e a produtividade.

DEBATES DE POLÍTICAS NA ALEMANHA

Em janeiro de 2018, economistas e autoridades da Alemanha e de outros países se reuniram em uma conferência organizada pelo FMI e pelo Deutsche Bundesbank para discutir temas de política econômica. A conferência focalizou áreas que têm sido objeto de intensas discussões, como a evolução dos salários e da inflação, a orientação apropriada da política fiscal, o superávit

em conta corrente alemão e a agenda pós-crise para a área do euro e a Alemanha. Christine Lagarde e o presidente do Bundesbank Jens Weidmann foram os oradores principais de um evento marcado por um intenso debate e que deu ao FMI uma oportunidade de aprofundar seu envolvimento com a Alemanha.

SUSTENTAR A RECUPERAÇÃO NA ESPANHA

A resposta eficaz da Espanha à crise financeira foi o foco da conferência “Espanha: Da recuperação à resiliência”, patrocinada pelo FMI e pelo Banco da Espanha em Madri, em abril de

2018. Os participantes discutiram lições e opções de políticas para assegurar uma trajetória econômica sustentada e inclusiva no futuro. O Primeiro Subdiretor-Geral do FMI David Lipton foi o orador principal. Foram abordados os principais desafios para a economia espanhola: a dívida pública elevada, as reformas inacabadas do mercado de trabalho e as fracas perspectivas para a produtividade e o crescimento no médio prazo. A conferência também debateu como a arquitetura europeia pode ser fortalecida ainda mais, em particular com a conclusão da união bancária.

Apoiar o crescimento inclusivo por meio de reformas do governo

O QUE OS GOVERNOS DO ORIENTE MÉDIO PODEM FAZER AGORA

Sete anos após a Primavera Árabe, os povos da região ainda aspiram a mais oportunidades econômicas e prosperidade. Com 60% das pessoas da região com menos de 30 anos e 27 milhões de jovens ingressando no mercado de trabalho nos próximos cinco anos, as autoridades precisam agir agora para criar oportunidades. A conferência “Oportunidade para Todos”, organizada pelo FMI, Fundo Árabe para o Desenvolvimento Econômico e Social, Fundo Monetário Árabe e o governo do Marrocos em janeiro de 2018, em Marrakesh, Marrocos, instou os governos a priorizar reformas que promovam um crescimento mais inclusivo, com destaque para as seguintes áreas:

Prestação de contas: aumentar a transparência, fortalecer as instituições e combater a corrupção.

Concorrência: fomentar o setor privado ao melhorar o acesso ao financiamento e a regulamentação.

Tecnologia e comércio: explorar o potencial para gerar novas fontes de crescimento.

Iniciativas de inclusão: construir redes de proteção fortes e reforçar os direitos dos jovens, mulheres, populações rurais e refugiados.

Oportunidades: melhorar os gastos sociais e de capital e buscar uma taxa de juros mais justa.

Trabalho: investir em pessoas e reformar a educação para preparar os trabalhadores para a nova economia.



A Diretora-Geral do FMI Christine Lagarde visita o Centro Amal de formação para mulheres e restaurante marroquino em Marrakesh.



O PROGRAMA DE REFORMAS NO EGITO AJUDA A ESTABILIZAR A ECONOMIA

O longo período de transição política e a instabilidade regional após 2011 agravaram desafios estruturais de longa data no Egito. Por sua vez, isso resultou em crescimento lento, elevação da dívida pública e esgotamento das reservas oficiais. Em 2016, com o intuito de restaurar a estabilidade macroeconômica, as autoridades elaboraram um programa de políticas e reformas estruturais apoiado em um acordo trienal com o FMI ao abrigo do Programa de Financiamento Ampliado (EFF), a fim de aumentar a competitividade externa, reduzir a dívida pública e promover o crescimento inclusivo.

Uma parte essencial do programa foi o aumento da mobilização de receitas. Uma Avaliação Diagnóstica da Administração

Tributária definiu as áreas que necessitavam de melhorias, como a apresentação das declarações e o pagamento de impostos. A Administração Tributária do Egito trabalhou com o METAC (o Centro de Assistência Técnica do FMI no Oriente Médio, com sede em Beirute), para instituir novos procedimentos em repartições-piloto. Os resultados dessa experiência foram encorajadores. Os índices de arrecadação e apresentação de declarações nessas repartições foram, em média, o dobro dos índices obtidos pelas demais repartições. O governo egípcio está procurando expandir essas reformas para ajudar essas repartições a reduzir a evasão fiscal e a corrupção.

Após um ano de programa, os déficits externo e fiscal diminuíram e o crescimento acelerou. O programa de reforma das autoridades tem sido fundamental para a estabilização das condições, ao reduzir a escassez de

divisas, fortalecer a assistência social e ampliar o investimento privado e o crescimento.

RECUPERAÇÃO DO SETOR FINANCEIRO NO CÁUCASO E NA ÁSIA CENTRAL

Desde 2014, choques externos como a queda dos preços das commodities e a desaceleração do crescimento nos principais parceiros comerciais pressionaram os setores bancários dos oito países da região do Cáucaso e da Ásia Central (CAC). Esses choques exacerbaram as vulnerabilidades financeiras, como a fraca qualidade dos ativos, a elevada dolarização das economias, os empréstimos conectados e as deficiências na regulamentação e supervisão financeiras. Todos os países da CAC adotaram políticas em resposta aos choques, mas é preciso fazer mais para restabelecer a solidez dos setores bancários da região.

A estratégia exata dependerá da saúde financeira dos bancos e exigirá a priorização dos objetivos. Os países onde os riscos para a estabilidade financeira permanecem elevados devem se concentrar em avaliar com precisão a saúde dos bancos e buscar a resolução dos que não forem viáveis. Além disso, é preciso fortalecer os marcos regulatórios e de supervisão em todos os países da CAC, inclusive com as seguintes reformas: uma estrutura de governança forte que estabeleça a gestão de riscos, a conformidade e controles internos independentes; a supervisão eficaz, consolidada e baseada nos riscos; quadros macroprudenciais e uma melhor avaliação do risco de crédito. Se forem implementadas com um forte compromisso das autoridades, essas ações permitirão que o setor bancário contribua plenamente para um crescimento econômico maior e mais inclusivo.

Destaques regionais

Abordar os desafios econômicos

FÓRUM DO CARIBE: DINAMIZAR O CRESCIMENTO E FORTALECER A RESILIÊNCIA

O Fórum de Alto Nível do Caribe, organizado em novembro de 2017 em Kingston, Jamaica, foi oportuno, pois a região tem enfrentado uma série de desafios — vulnerabilidades fiscais e financeiras, desemprego entre os jovens e exposição a desastres naturais frequentes e de alto custo que, combinados, prejudicam o crescimento da região. Os

participantes discutiram como equilibrar a dívida e o crescimento na atual conjuntura econômica e política.

Após o fórum, a Diretora-Geral do FMI Christine Lagarde participou de uma reunião aberta com alunos da Universidade das Índias Ocidentais para o lançamento do livro *Unleashing Growth and Strengthening Resilience in the Caribbean*, sobre como dinamizar o crescimento e fortalecer a resiliência no Caribe. O livro reúne os mais recentes estudos do FMI sobre as economias

caribenhas. Ele analisa os desequilíbrios macroeconômicos da região e examina os obstáculos estruturais que afetam a competitividade e o crescimento nas economias caribenhas em que o turismo é dominante.

A Jamaica trabalha em estreita colaboração com o FMI para construir instituições econômicas fortes, a fim de enfrentar alguns desses desafios. Grande parte do trabalho é coordenado pelo Centro Regional de Assistência Técnica do Caribe (CARTAC), com sede em Barbados.

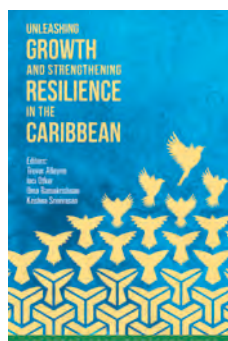


A ESTABILIDADE MACROECONÔMICA NO PARAGUAI

Em março de 2018, a Diretora-Geral visitou Assunção para se reunir com o Presidente Horacio Cartes e outras autoridades, visitar projetos sociais e participar de vários eventos de sensibilização. Passados 24 anos desde a última visita de um Diretor-Geral do FMI ao país, Christine Lagarde pôde observar o notável crescimento econômico e o progresso social do Paraguai. As discussões se concentraram na importância de fortalecer a estabilidade macroeconômica paraguaia, assegurar o crescimento inclusivo e tirar partido do “dividendo demográfico” em um país com uma população relativamente jovem. O Plano Nacional de Desenvolvimento do Paraguai prioriza o investimento nas áreas de infraestrutura, saúde e educação.



Krishna Srinivasan (esq.), subdiretor do Departamento do Hemisfério Ocidental, conversa com Peter Blair Henry (dir.), reitor da Stern School of Business da Universidade de Nova Iorque, durante o Fórum do Caribe 2017 em Kingston, Jamaica.



Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os ODS foram oficialmente adotados pelos países membros da ONU durante a Cúpula das Nações Unidas de setembro de 2015, em Nova Iorque, em substituição aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que expiravam naquele ano. Os 17 ODS focalizam cinco elementos fundamentais: as pessoas, o planeta, a paz, a prosperidade e as parcerias. No âmbito do seu mandato, o FMI está empenhado em criar uma parceria global para o desenvolvimento sustentável, tendo lançado uma série de iniciativas para fortalecer seu apoio decisivo aos países membros que buscam alcançar os ODS.



Design: Beth Singer Design LLC www.bethsingerdesign.com

Web Design: Feisty Brown www.feistybrown.com

Créditos fotográficos: Capa: © Getty Images, © Alamy, © Alamy, © iStock, © Alamy, © iStock, © Alamy (sentido horário, do alto). **Página 1:** © Alamy (no alto, à esquerda), © FMI (embaixo, à esquerda). **Página 10:** © iStock. **Página 11:** © iStock (no alto), © iStock (embaixo, à esquerda). **Página 14:** © FMI. **Página 15:** © FMI (1ª fileira, à esquerda), © iStock (1ª fileira, à direita), © iStock (2ª fileira, à esquerda), © FMI (2ª fileira, no centro), © FMI (2ª fileira, à direita), © FMI (3ª fileira, à esquerda), © iStock (3ª fileira, no centro), © FMI (3ª fileira, à direita), © iStock (embaixo). **Página 16:** © FMI. **Página 17:** © Alamy (no alto, à esquerda), © Alamy (no alto, centro), © Alamy (no alto, à direita), © iStock (embaixo, à direita). **Página 19:** © Getty Images (no alto), © Getty Images (segunda de cima para baixo), © FMI (terceira de cima para baixo), © Getty Images (embaixo, à esquerda), © iStock (embaixo, à direita). **Página 20:** © iStock (no alto, à esquerda), © iStock (embaixo, à esquerda), © Alamy (no alto, centro), © iStock (embaixo, no centro), © iStock (à direita). **Página 21:** © iStock. **Página 22:** © FMI. **Página 23:** © Newscom (no alto, à esquerda), © iStock (embaixo, à esquerda), © iStock (no centro), © iStock (à direita). **Página 24:** © FMI (embaixo, à esquerda), © Alamy (no alto, à direita), © Newscom (embaixo, à direita). **Contracapa:** © Getty Images, © Alamy, © iStock, © iStock, © iStock, © Getty Images, © Alamy, © Getty Images (sentido horário, do alto).



“Precisamos unir nossas forças para que sejamos realmente bem sucedidos. A cooperação ainda é a melhor forma de criar um futuro mais próspero para todas as nações.”

Christine Lagarde
Diretora-Geral



Fundo Monetário Internacional
700 19th Street NW
Washington, DC 20431 EUA

www.imf.org